

GESTÃO EMPRESARIAL E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Gabriel Matheus Leandro¹
Kaique Antonio de Souza²
Jaqueline da Silva Marques³

RESUMO

Este artigo tem como propósito conceituar a nova realidade da gestão ambiental nas organizações, bem como mostrar que a adoção de práticas sustentáveis pode caminhar junto ao desenvolvimento sustentável, preservando não só o meio ambiente mais toda a sociedade e as próximas gerações. Para definir o objetivo do presente trabalho foram realizados estudos em diversos artigos, nos quais foi possível verificar que a gestão ambiental surge em um momento de preocupação com os impactos ambientais e sociais causados pelo consumo de bens e serviços ofertados na sociedade para manter as necessidades. Impactos gerados, principalmente, pelas empresas consideradas como as principais responsáveis pela degradação do meio ambiente. Sendo assim, qualquer mudança para reverter tal situação deve-se iniciar nas entidades, o que de fato já pode ser observado, por pressões de *stakeholders* ressaltando que as organizações devem manter um processo de gestão ambiental preocupado com os impactos ambientais causados por suas operações, visando minimizar estes impactos e até mesmo eliminá-los preservando o meio ambiente e a sociedade.

Palavras-chave: Gestão Ambiental empresarial; Práticas Sustentáveis; Desenvolvimento Sustentável.

1 INTRODUÇÃO

A gestão ambiental vem se tornando peça fundamental para as organizações preocupadas com a qualidade do meio ambiente, conforme destaca Gravonski et al. (2012 apud CALAZANS e SILVA, 2016, p. 117) “[...] cada vez mais as organizações procuram implantar práticas sustentáveis em seus processos produtivos, acreditando que estas podem acarretar lucros para a empresa no médio ou longo prazo”. O capitalismo traz consigo a alta produção e o consumo exagerado, ocasionando a degradação do meio ambiente, visto que para satisfazer as necessidades humanas faz-se necessário o processamento de recursos naturais, e na grande maioria é prejudicial para o meio ambiente (ALVES e NASCIMENTO, 2016).

Essa perspectiva está mudando, a partir da metade do século XX surge a conscientização dos efeitos causados por tal atitude, como exemplo, problemas ambientais, desigualdade social, ambiental e comprometimento do futuro da sociedade (ALVES e NASCIMENTO, 2016).

A gestão ambiental é a principal responsável pela adequação da organização frente à nova realidade, cada vez mais o termo sustentabilidade vem ganhando destaque, ocasionando mudanças no cenário econômico e ambiental (ALBANIO e TATSCH, 2016).

Para Alves e Nascimento (2016, p. 26) “[...] o compromisso das empresas com um desenvolvimento mais sustentável vem sendo amplamente discutido por pesquisadores,

¹ Graduando em Ciências Contábeis da AJES – Faculdade do Vale do Juruena, Juína-MT, ga.leandro.ma@gmail.com

² Graduando em Ciências Contábeis da AJES – Faculdade do Vale do Juruena, Juína-MT, kaike_souza225@hotmail.com.

³ Especialista em Auditoria e Perícia Contábil. Professora da Faculdade do Vale do Juruena, Juína-MT – AJES, m.jaqueline988@gmail.com

governantes e gestores”. Ainda sobre sustentabilidade, de acordo com Pauleto et al. (2012 apud CALAZANS e SILVA, 2016, p. 117) “A sustentabilidade tem como principal objetivo a qualidade de vida humana e ambiental, onde a sociedade possa exercer suas funções econômicas, satisfazer suas necessidades e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente”.

Neste contexto, o presente trabalho visa conceituar a importância da gestão ambiental e práticas sustentáveis que culminam num desenvolvimento sustentável. Justifica-se pelo fato de evidenciar a relevância da preocupação com o meio ambiente em curto, médio e longo prazo, visto que é parte fundamental para a qualidade de vida da sociedade. Além disso, o estudo abordado neste trabalho pode ser utilizado como fonte de pesquisa para trabalhos acadêmicos futuros.

O presente artigo limita-se à pesquisa bibliográfica através de artigos que destacam a importância da gestão ambiental nas organizações, bem como a atual necessidade de preservação do meio ambiente, para atender ao objetivo proposto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL

A gestão ambiental no atual cenário empresarial ganha cada vez mais espaço e relevância dentro das organizações, possibilitando às empresas a administração dos impactos ambientais causados por suas atividades de forma mais adequada, ou seja, surge a possibilidade de correção dos danos ambientais e até mesmo a prevenção de problemas futuros (SANCHES, 2000 apud MARTINS, ESCRIVÃO e NAGANO, 2016).

Para Barbieri (2007 apud MARTINS, ESCRIVÃO e NAGANO, 2016, p. 208) “A gestão ambiental corresponde ao conjunto de diretrizes e atividades administrativas e operacionais realizadas pela empresa para abordar problemas ambientais decorrentes da sua atuação ou para evitar que eles ocorram no futuro”. Neste sentido, a gestão ambiental traz consigo a conscientização das organizações, corroborando para conservação e preservação da biodiversidade, uso correto e eficiente das matérias-primas, resultando em menos impacto ambiental causado pela ação humana sobre os recursos naturais, estes cada vez mais escassos (SILVA, BORTOLUZZI e BERTOLINI, 2017).

No planejamento empresarial, a inclusão da gestão ambiental não resulta apenas em benefícios para o meio ambiente, se bem aplicada é um fator determinante para a redução de custos diretos, utilizando como exemplo a redução da utilização errônea de matérias-primas e outros recursos, cada vez mais escassos e dispendiosos. E, também, dos custos indiretos, tais como: sanções e indenizações decorrentes de danos ao meio ambiente, até mesmo a saúde dos funcionários e da população que reside próximo as dependências da empresa ou onde desempenha suas atividades (BACKER, 1995 apud SILVA, BORTOLUZZI e BERTOLINI, 2017).

No que tange à prática da gestão ambiental há diferentes tipos de abordagens em relação ao meio ambiente, que representam estágios do processo de implantação da gestão ambiental nas empresas. O primeiro estágio se dá através do controle da poluição, definido como prática ambiental reativa. Neste ponto segue-se apenas a legislação ambiental, realizando o tratamento dos resíduos gerados pela empresa (BARBIERI, 2011 apud SILVA, BORTOLUZZI e BERTOLINI, 2017).

No segundo estágio a empresa busca prevenção da poluição, destaca-se a busca por mudanças no processo produtivo, visando minimizar o máximo possível de danos ao meio ambiente (BARBIERI, 2011 apud SILVA, BORTOLUZZI e BERTOLINI, 2017).

O último estágio é representado por uma postura estratégica empresarial, ou seja, não basta apenas o controle e a prevenção da poluição, até para minimizar os custos causados pela implantação da gestão ambiental faz-se necessária a busca por oportunidades de

diferenciação no mercado para eliminar problemas relacionados a questões ambientais. Neste ponto há um processo contínuo que busca a maximização das vantagens competitivas relacionadas às práticas sustentáveis desenvolvidas pela empresa (BARBIERI, 2011 apud SILVA, BORTOLUZZI e BERTOLINI, 2017).

Porter (1989) assim define a vantagem competitiva:

Por vantagem competitiva, entende-se um conceito assentado em quatro elementos, o primeiro se relaciona com a disponibilidade dos fatores de produção, o segundo é a característica da demanda, o terceiro é presença ou ausência de indústrias fornecedoras e correlatas e o quarto elemento é dado pela estrutura e estratégia das empresas, levando em consideração a rivalidade interna. (PORTER, 1989 apud SILVA, BORTOLUZZI e BERTOLINI, 2017, p. 8).

À medida que os países se desenvolvem cresce a necessidade do consumo, principalmente devido ao alto padrão de vida da população, neste sentido, Costa e Rosa (2017, p. 113) destacam que “Se todos os povos da terra atingissem o nível de desenvolvimento econômico dos países ricos, os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem que o sistema econômico mundial entraria em colapso”.

Pimentel et al., ressalta o papel das empresas como principal agente causador de danos ambientais:

Empresas e organizações são provedoras de praticamente tudo o que o homem necessita, produzem em larga escala bens, serviços e produtos de consumo necessários à vida, porém seus processos produtivos e operacionais geram impactos e colaboram para uma enorme exploração dos recursos naturais. Essa exploração gerou e vêm gerando mudanças climáticas, desequilíbrio dos ecossistemas, má distribuição de renda, além de revoltas de grupos sociais, étnicos e culturais, expondo à sociedade questões relacionadas à responsabilidade socioambiental. (PIMENTEL et al., 2012 apud PAZ, LAUS e FARIAS, 2017, p. 2).

Em termos práticos, todos têm uma parcela de culpa no processo de degradação do meio ambiente, porém, Barbieri (2011 apud COSTA e ROSA, 2017, p. 113) afirma que “Qualquer solução efetiva para os problemas ambientais terá necessariamente que envolver empresas, pois são elas que produzem e comercializam a maioria dos bens e serviços colocados à disposição da sociedade em praticamente todos os cantos do Planeta”. Atualmente, a preocupação com o meio ambiente já está presente em toda sociedade, nas empresas não é diferente, os *stakeholders* (clientes, fornecedores, governo entre outros) são cada vez mais responsáveis por cobrar das organizações a implantação de práticas empresariais que corroborem com a melhoria do meio ambiente (MARTINS, ESCRIVÃO e NAGANO, 2016).

Neste contexto, surgem pressões de dois lados para a entidade, inicialmente por parte dos acionistas que desejam resultados positivos maiores, visando maximizar o capital investido e também por parte dos *stakeholders*, atentam para consecução de tais lucros que não se justificam através da exploração desenfreada do meio ambiente, ocasionando prejuízos não só para o ecossistema, mas também para o bem estar social (ORELLANO & QUIOTA, 2011 apud SILVA, BORTOLUZZI e BERTOLINI, 2017).

Para atender ambos os lados faz-se necessário práticas que atendem a todos, conforme destaca Gupta (1994 apud SILVA, BORTOLUZZI e BERTOLINI, 2017, p. 7) “Isso implica a harmonização do desempenho ambiental das empresas com as expectativas dos acionistas, bem como a constituição de uma fonte de novas vantagens competitivas, como custos mais baixos e aumento da participação de mercado”.

2.2 PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

Com o passar do tempo e as novas exigências legais, as organizações vêm adotando práticas sustentáveis em suas estratégias e operações diárias, este fato é ocasionado principalmente pelo novo conceito de desenvolvimento sustentável exigido tanto pelos órgãos governamentais, não governamentais quanto pela sociedade (ALVES e NASCIMENTO, 2016). As práticas sustentáveis surgem do anseio pela melhoria dos processos produtivos, ou seja, a mudança no sistema de produção, minimizar ou até eliminar os impactos negativos no meio ambiente, oferecendo produtos e serviços socialmente corretos (NILDUMOLU et al., 2009 apud CALAZANS e SILVA, 2016).

Além do mais, as organizações devem se preocupar com a sua atividade operacional, adotando medidas e práticas que não agridem o meio ambiente, corroborando para o desenvolvimento sustentável (CALAZANS e SILVA, 2016). De acordo com a Instrução Normativa 10, de 2012 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Art. 2º Inciso III, 2012, p. 1), as práticas sustentáveis correspondem a “ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública”.

Arenhart et al., (2013, p. 135) destaca que “No intuito de desenvolver tanto uma política de qualidade quanto práticas que levem à sustentabilidade da organização, sugere-se a discussão e aprimoramento do conhecimento referente aos sistemas de gestão ambiental e posterior implantação da ISO 14.001”. A adoção de uma política ambiental e práticas sustentáveis culminam na ISO 14.001, que ressalta o compromisso da entidade para avaliar sua gestão ambiental e a contínua busca por melhorias na política ambiental (ARENHART et al., 2013).

Destarte, o efetivo compromisso com a gestão ambiental possibilita às organizações a geração de valor ecológico, conforme destaca Santos e Porto (2014):

Ao disseminar uma postura ecológica em seu marketing, as empresas anseiam a geração de novas trocas que satisfaçam as necessidades e os desejos de seus clientes com maior facilidade, priorizando o menor impacto negativo possível ao ambiente em que ambos estão inseridos. O valor percebido pelo cliente em relação ao produto é uma maneira de selecionar e justificar sua escolha e, nesse sentido, a percepção de valor ambiental depende da educação recebida pelo indivíduo. Mesmo que o consumidor tenha opinião favorável quanto ao meio ambiente, isso não fornece a segurança de que a compra de produtos dessa natureza seja realizada. (SANTOS; PORTO, 2014 apud ALBANIO e TATSCH, 2016, p. 245).

Assim, adotar práticas sustentáveis neste novo cenário de preocupação com o meio ambiente é essencial para a entidade, conforme destaca Barbieri et al. (2010 apud CALAZANS e SILVA, 2016, p. 117) “Ser sustentável não é mais opção e sim requisito de perenidade diante das demandas governamentais, legais, sociais e mercadológicas”.

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A partir da segunda metade do século XX o termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta à humanidade perante a crise social e ambiental que o mundo passava (BARBOSA, 2008). O conceito de desenvolvimento sustentável foi firmado na Agenda 21, documento desenvolvido na Conferência “Rio 92” e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e direitos humanos, mas segundo a maioria dos autores que escrevem sobre o tema o conceito ainda está em construção. (CENEP, 2007; VEIGA, 2005; ASCELARD, 1999 apud BARBOSA, 2008, p. 2).

Este conceito foi considerado questionável, pois o mesmo não definia as necessidades do referido período e nem quais poderiam afetar no futuro. Sendo assim, um relatório

conhecido como “Brundtland chamou a atenção do mundo sobre a necessidade de se encontrar novas formas de desenvolvimento econômico, sem a redução dos recursos naturais e sem danos ao meio ambiente” (BARBOSA, 2008, p. 2).

Ainda, neste relatório foram definidos três princípios essenciais a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social. Mesmo os pontos principais em destaque o relatório foi alvo de críticas, pois evidenciava que a causa da situação de insustentabilidade do planeta dava-se principalmente pela falta de controle populacional e extrema miséria dos países subdesenvolvidos, deixando a poluição causada nos últimos anos pelos países desenvolvidos como fator secundário (BARBOSA, 2008).

Apesar das críticas o relatório ainda destacou questões humanas como relata Barbosa :

O relatório ainda ressaltou, em relação às questões urbanas, a necessidade de descentralização das aplicações de recursos financeiros e humanos, e a necessidade do poder político favorecer as cidades em sua escala local. No tocante aos recursos naturais, avaliou a capacidade da biosfera de absorver os efeitos causados pela atividade humana, e firmou que a pobreza já pode ser considerada como um problema ambiental e como um tópico fundamental para a busca da sustentabilidade. (BARBOSA, 2008, p. 2).

Diante disto, com base no relatório de Brundtland, a questão do desenvolvimento sustentável está ligada à necessidade humana, desigualdade social, de maneira que a pobreza já poderia ser considerada um problema ambiental. Para Veiga (2005 apud Barbosa, 2008, p. 4) “O desenvolvimento sustentável é considerado um enigma que pode ser dissecado, mesmo que ainda não resolvido”.

O autor ainda assegura que “O conceito de desenvolvimento sustentável é uma utopia para o século XXI, apesar de defender a necessidade de se buscar um novo paradigma científico capaz de substituir os paradigmas do globalismo” (BARBOSA, 2008, p. 2). Diante dos pontos expostos, avalia-se o quanto é fundamental para a sociedade o cuidado com o desenvolvimento sustentável. Diante do grande impacto do chamado desenvolvimento sustentável as empresas vêm promovendo ações para conscientizar sobre as responsabilidades socioambientais. Nesta questão, observando que as empresas estão mudando o modo de pensar e promovendo ações em prol do desenvolvimento ambiental, Chaves e Castello (2013) relatam que:

Têm sido colocado em pauta quanto a ação de muitas empresas, bem como sua articulação em relação ao governo e a sociedade. Visto que a articulação entre esses atores é primordial para que o sucesso das ações. Pois são os governos que tributam e geram infraestrutura para que muitas empresas possam desenvolver suas atividades, a sociedade é a que consome os produtos e o meio ambiente e o fornecedor dos recursos, logo a articulação deles é que pode gerar de fato o desenvolvimento sustentável. (CHAVES e CASTELLO, 2013, p. 6).

Assim, através das observações mencionadas anteriormente, pode-se entender quanto o desenvolvimento sustentável é importante para a população e porque as empresas estão promovendo ações para melhorar este cenário.

2.4 COMPETITIVIDADE E GESTÃO AMBIENTAL

Diante do contexto do Desenvolvimento sustentável e a Gestão ambiental, por se tratar de um tema essencial para a população mundial, as empresas têm usado esses temas como uma ferramenta para se diferenciar no mercado. Realizando promoções nas quais ajudam no desenvolvimento sustentável e diminuem o impacto ambiental.

Segundo Instituto Ethos:

A responsabilidade social das empresas tem como principal característica a coerência ética nas práticas e relações com seus diversos públicos, contribuindo para o desenvolvimento contínuo das pessoas, das comunidades e dos relacionamentos entre si e com o meio ambiente. Ao adicionar às suas competências básicas a conduta ética e socialmente responsável, as empresas conquistam o respeito das pessoas e das comunidades atingidas por suas atividades, o engajamento de seus colaboradores e a preferência dos consumidores (Instituto Ethos, 2011 apud, CHAVES e CASTELLO, 2013, p. 7).

Conforme relatado acima, a empresa desenvolvendo esse papel social acaba adquirindo a preferência dos consumidores, que por sua vez tendem a optar por empresas que ajudam a manter o desenvolvimento sustentável em crescente aprimoramento, ao invés de escolher empresas que não tem o mesmo objetivo.

As empresas sofrem com a grande competitividade que acontece no mercado com questões ambientais, de acordo com Kimlaw (1997 apud OLIVEIRA e GOMES, 2012, p. 190) “a pressão mais forte é a competição no mercado. Somente as empresas que saberem responder de forma criativa a essas pressões é que poderão sobreviver, pois essa será a única forma de fazer negócios”.

3 METODOLOGIA

A metodologia é responsável por nortear o desenvolvimento e a execução do trabalho, buscando demonstrar de forma clara, quais os métodos adotados para a construção do trabalho científico. Neste sentido, quanto às classificações da pesquisa, este artigo se enquadra em relação a natureza como pesquisa básica, demonstrando através da revisão de artigos a importância da gestão ambiental nas organizações. Quanto à forma de abordagem classifica-se como pesquisa qualitativa.

No que diz respeito aos objetivos do trabalho, o mesmo é classificado como pesquisa exploratória e quanto aos procedimentos técnicos foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, realizada inicialmente uma busca por artigos que apresentam como tema principal a gestão ambiental, práticas sustentáveis e desenvolvimento sustentável. Esta procura se deu através da plataforma Spell (*Scientific periodicals eletronic library*), sendo utilizado como critério para seleção de artigos revistas que possuam classificação qualis capes (Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), posteriormente buscou-se a leitura de cada artigo selecionado e a escolha daqueles que poderiam corroborar com o objetivo proposto, culminando na elaboração do presente artigo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável não poderá ser apresentado como um *slogan* político pelas organizações, já que a sustentabilidade consiste em encontrar soluções para diminuir o impacto ambiental introduzido pelas próprias organizações. Sendo assim, as degradações ambientais ocorrem em razão do consumo excessivo de produtos não degradáveis. A exploração das riquezas naturais e a grandiosa degradação ao meio ambiente decorre das indústrias que tem atividades de alto risco para o solo.

Conforme relatado neste artigo, as empresas vem buscando formas para diminuir o impacto ambiental, procurando soluções inovadoras ocasionando uma competitividade sadia e sustentável. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo conceituar a importância da gestão ambiental e práticas sustentáveis que culminam no desenvolvimento sustentável. Limitando-se à pesquisas bibliográficas, foram analisadas dezessete revistas com temas

relacionados desenvolvimento sustentável, especialmente de assuntos voltados à área da pesquisa.

Como contribuição, o presente artigo apresentou uma análise de cunho bibliográfico ressaltando como as empresas contribuem para o desenvolvimento sustentável, acreditando que este tipo de preocupação pode gerar lucro para as empresas em médio ou longo prazo, através de estratégias de marketing para obter um diferencial.

REFERÊNCIAS

- ALBANIO, L. D. S.; TATSCH, M. P. A percepção de empresas do setor calçadista sobre práticas sustentáveis. **Revista Organizações em Contexto**, São Bernado, v. 12, n. 23, p. 241-260, Jan-Jun 2016. ISSN 1982-8756.
- ALVES, A. P. F.; NASCIMENTO, L. F. M. D. Proatividade de Práticas Sustentáveis: Uma Análise das Práticas da Empresa Mercur S/A. **Revista de Administração UFSM**, Santa Maria, v. 9, n. Especial, p. 25-42, Ago 2016. ISSN 1983-4659.
- ARENHART, L. E. et al. A Adoção de Práticas Sustentáveis e a Certificação ISO 14.001: Um estudo de caso em um escritório de advocacia e consultoria jurídica. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 125-153, Jul-Dez 2013. ISSN 2316-9834.
- BARBOSA, G. S. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4º, p. 1-11, Jan/Jun 2008.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012**. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1154501/Instruxo-Normativa-10-2012.pdf/228ebf79-20dc-4e74-b019-8cc613338950>>. Acesso em: 27 Maio 2018.
- CALAZANS, L. B. B.; SILVA, G. Inovação de Processo: Uma Análise em empresas com práticas sustentáveis. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 115-129, Mai-Ago 2016. ISSN 2316-9834.
- CHAVES, D. A.; CASTELLO, R. D. N. **O Desenvolvimento Sustentável e a Responsabilidade Socioambiental Empresarial**. SEGeT - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende, p. 1-14. 2013.
- COSTA, B. A. F.; ROSA, F. D. Maturidade em Gestão Ambiental: Revisitando as Melhores Práticas. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 2, n. 86, p. 110-134, Mai-Ago 2017.
- MARTINS, P. S.; ESCRIVÃO, F.; NAGANO, M. S. Fatores Contingenciais da Gestão Ambiental em Pequenas e Médias Empresas. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 156-179, Mar-Abr 2016. ISSN 1678-6971.
- OLIVEIRA, A. P. D.; GOMES, S. Gestão Ambiental e Práticas Sustentáveis na Empresa. **Revista CEPPG**, Catalão, n. 26, p. 179-195, Janeiro 2012.

PAZ, F. J.; LAUS, G. L.; FARIAS, J. D. Diagnóstico de Práticas Sustentáveis: Uma Análise da Maturidade Sustentável das Micro e Pequenas Empresas de Dom Pedrito. **Revista Reunir**, Campina Grande, v. 7, n. 3, p. 1-17, Set-Dez 2017. ISSN 2237-3667.

SILVA, S. Z.; BORTOLUZZI, F.; BERTOLINI, G. R. F. Gestão Ambiental e Viabilidade para Obtenção de Certificação Ambiental. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 7, n. 1, p. 3-28, Jan-Jun 2017. ISSN 22377956.